Argentinos sumiram no País

Nilmário Miranda admitiu que governo é responsável pelo desaparecimento de dois argentinos na época da ditadura



URO PRETO – O ministro Nilmário Miranda, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, informou ontem, no Centro de Artes e Convenções de Ouro Preto, que o governo bra-sileiro é responsável pelo desaparecimento de dois argentinos no País na época da ditadura. São eles: Horácio Domingo

Campiglia e Mônica Suzana Pinus Binstoch. O ministro participa na cidade mineira da 27ª

Reunião de Cúpula do Mercosul. Horácio Domingo Campiglia e Mônica Suzana Pinus Binstoch foram presos em 12 de março de 1980 ao desembarcar no Rio de Janeiro procedentes de Caracas.

O governo brasileiro já reco-nheceu e indenizou outros três casos de argentinos desaparecidos no Brasil. O governo argentino, por sua vez, já reconheceu a responsabilidade pelo desa-parecimento de sete brasileiros. Segundo Nilmário, a decisão

do governo de reconhecer o desaparecimento de cidadãos argentinos reitera o compromisso dos países do Mercosul de defesa e promoção dos direitos humanos.

Durante reunião de ministros dos países que compõem o bloco econômico, realizada em Ouro Preto, foi aprovada a realização de encontro com autoridades do bloco para discutir a questão dos direitos humanos na região. **APELO**

O ministro Nilmário Miranda fez ontem um apelo a pessoas que detenham documentos oficiais referentes à ditadura militar (1964-1985) para que entreguem os arquivos.

Segundo ele, a entrega será considerada um "serviço à nação" e às pessoas em poder dos arquivos não serão identificadas ou punidas.

É do nosso intuito que quem detém arquivos particulares que os entreguem, para serem classificados ou reclassificados e passarem para o Arquivo Nacional", disse Ñilmário.

Ele disse que a comissão interministerial criada na semana pas-sada para acelerar a abertura de documentos sigilosos do regime militar poderá requisitar arquivos em poder particular. "To-do arquivo que for entregue se-rá como colaboração", reforçou.

Citando o Inquérito Policial Militar (IPM) aberto para investigar a queima de papéis da ditadura na Base Aérea de Salvador (BA), Nilmário disse que o tratamento será outro para quem destruir papéis oficiais da época.

"Vai ser um passo a frente no sentido de mostrar que não haverá impunidade para quem se aventurar a destruir documentos só para criar dificuldade", disse.

Arquivo/AT



Nilmário Miranda fez apelo por documentos da ditadura



Banners. Propagbr. Tudo em Comunicação Visual.

